

Live Recordando o São João

A Pandemia de COVID 19 mudou radicalmente o nosso mundo. Estamos perdendo pessoas queridas de todas as idades, credos, classes sociais e no Brasil ainda temos que lutar contra um presidente que desdenha dos mortos e da dor de suas famílias; um governo que não respeita os direitos dos trabalhadores, inflação descontrolada e desemprego em alta.

É neste contexto que chegamos ao segundo ano consecutivo sem podermos comemorar um dos períodos mais simbólicos e ricos da cultura maranhense por conta da má gestão da pandemia pelo governo federal. Esse descontrole sanitário e a necessidade de ainda mantermos o distanciamento social mais uma vez está causando grande prejuízo psicológico e

financeiro ao nosso povo.

Os festejos juninos no Maranhão além de misturar o sagrado ao profano, sempre foi uma oportunidade para as famílias aumentarem a renda familiar, uma vez que milhares de pessoas ocupam praças e ruas transformadas em arraiais para ver e ouvir os grandes batalhões de bumba boi, lindas quadrilhas, danças portuguesas que lembram as festas na Corte de outrora, casinhas da roça e as tradicionais rodas de tambor de crioula, além claro de saborear os gostosos pratos da culinária típica maranhense.

Para diminuir um pouco essa saudade e homenagear as famílias que perderam seus entes queridos, o Sindsep/MA realizará um Ato virtual pela página do facebook na quarta-feira,

30, às 14 horas para saudar o São João e homenagear nossos bravos companheiros e companheiras que por negligência e descaso do governo federal infelizmente já não estão entre nós.

O Ato contará com a participação do presidente Raimundo Pereira e a apresentação da dupla Mariana Rosa e Daniel Mendes, além da apresentação do forró pé de serra do Raimundinho.

“Vivemos um momento muito grave e triste. E esse Ato tem a finalidade de lembrar e homenagear nossos entes que se foram, mas também mostrar que a vida precisa continuar e que nossa luta não pode parar. Até mesmo para dignificar a trajetória daqueles que se foram”, disse Raimundo Pereira.

SINDSEP
MARANHÃO

Recordando o São João

LIVE

Quarta (30) / 14h

Facebook/Sindsep.ma
Youtube/SindsepMaranhao

Participação Musical

- * Mariana Rosa e Daniel Mendes
- * Forró "Pé de Serra" com Raimundinho

Comida típica

- * Mingau de milho

BÃO SÔ!

SINDSEP
MARANHÃO

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
FEDERAIS NO ESTADO DO MARANHÃO

Filiado a CUT CONDESE FEMDSEF



Câmara privatiza Eletrobras, criada há 50 anos como projeto de desenvolvimento

Cinquenta anos depois de sua instalação, como parte de um projeto nacional de desenvolvimento, a Eletrobras será privatizada. A Câmara aprovou na tarde desta segunda-feira (21) o texto-base da Medida Provisória (MP) 1.031, de privatização da Eletrobras, que responde por quase 30% da geração de energia no país. Foram 258 votos a favor e 136 contra. Em longa sessão, de seis horas, a oposição fez obstrução e apresentou requerimentos na tentativa de tirar o projeto da pauta. Depois do texto-base, os deputados passaram a discutir emendas, aprovando a maioria. A oposição cogita recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Leia mais: Privatização da Eletrobras é prejuízo para o povo, que pagará contas de luz mais altas, terá um serviço ruim e correrá risco de apagões

Apresentada em fevereiro, a MP passou na Câmara em 19 de maio (313 votos a favor, 166 contra e cinco abstenções) e no Senado em 17 de junho (42 a 37). Como foi alterado, voltou para a Câmara. O presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), convocou sessão extraordinária para esta segunda, com a MP como item único da pauta, já que o projeto perderia vigência amanhã.

Em vez de votação, luto

Muitos deputados defenderam, inclusive, que não houvesse sessão nesta segunda-feira em tributo aos 500 mil mortos em consequência da Covid-19, marca atingida no último sábado (19). Vários trajavam roupas pretas, em sinal de luto. Lira informou que,

em contato com o presidente do Senado e do Congresso, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), será decretado luto oficial de três dias, mas sem interrupção das atividades legislativas.

“Estamos falando de um imenso patrimônio público. É a sexta empresa mais lucrativa do Brasil hoje”, ressaltou o líder da Minoria, Marcelo Freixo (Psol-RJ), que amanhã formalizará sua filiação ao PSB). Ele enfatizou o caráter estratégico da companhia para “a soberania energética” do país, em vez de entregá-la a “sanguessugas privados”. Seu colega Alessandro Molon (PSB-RJ) reforçou, dizendo que o projeto governista está “recheado de reservas de mercado e interesses privados”.

Tarifa mais cara?

Apenas um deputado se inscreveu para defender o projeto: o líder do governo, Ricardo Barros (PP-PR). Segundo ele, o texto assegura “mais investimento, mais geração de empregos, mais competência do sistema”. “O projeto é tão bom que os governistas não querem vir aqui defendê-lo”, ironizou a deputada Gleisi Hoffmann (PR), presidenta nacional do PT.

O modelo aprovado prevê a emissão de ações a serem vendidas no mercado, aumentando o capital social sem participação da empresa. Isso resultará em perda do controle acionário da União.

“Se o Brasil precisar de mais energia, não a terá”, afirmou o líder do PT, Bohn Gass (RS). “Quem vai pagar essa conta é o consumidor”, acrescentou. “É um desserviço. Não tem nada de capitalização.

É para servir a interesses escusos, menores, a setores privados que não têm compromisso com o desenvolvimento nacional”, disse José Guimarães (PT-CE).

Custo maior

Para Hildo Rocha (MDB-BA), o projeto “modifica o teor” da desestatização. Ele e outros parlamentares afirmaram que há na Casa um projeto de lei, do governo Temer, que consideram melhor que a MP. O deputado disse ter conversado com 10 especialistas nos últimos dias, e oito deles afirmaram que o preço da tarifa vai aumentar.

O Senado fez 28 emendas ao texto aprovado na Câmara. Na sessão de hoje, deputados favoráveis à privatização, especialmente do Novo, criticaram a matéria. O relator da MP na Câmara, Elmar Nascimento (DEM-BA), recomendou a rejeição de pelo menos cinco dessas emendas.

Emendas questionadas

Parlamentares apontaram a presença de “jabutis” (temas estranhos à matéria) na medida provisória, mas o presidente da Câmara indeferiu, inclusive, questão de ordem nesse sentido. Uma dessas emendas prevê aumento da reserva para térmicas a gás (mais caras e poluentes), item bastante questionado durante a sessão de hoje. Outra, a construção imediata de uma linha de transmissão conhecida como Linhão de Tucuruí, passando por uma reserva indígena.

Escrito por: Vitor Nuzzi, da RBA

Matéria completa em cut.org.br/noticias